



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

**PLANO DE TRABALHO 2021´**

**“RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA”**

**Relatores:**

Deputado Da Vitória (Cidadania/ES)

Deputado Francisco Júnior (PSD/GO)

---

**PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO**

Este documento tem por objetivo consolidar as seguintes propostas, apresentadas em 2021 ao Centro de Estudos e Debates Estratégicos – Cedex da Câmara dos Deputados:

1. Emprego e Renda – Deputado Da Vitória.
2. Retomada Econômica no Pós-pandemia - Deputado Francisco Júnior

As duas propostas denotam a preocupação dos parlamentares proponentes com os grandes impactos econômicos e sociais da pandemia da Covid-19 no Brasil.

A primeira assinalou que diante do empobrecimento de uma parcela considerável da população em decorrência da pandemia, um dos grandes desafios



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

da agenda nacional será criar alternativas de geração de emprego e renda, especialmente para a parcela mais afetada da população.

De fato, passados um ano e dois meses desde a confirmação do primeiro caso de Covid-19, são visíveis as consequências impactantes sobre a economia, com empresas fechadas, postos de trabalho significativamente reduzidos e agravamento do desemprego.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de desempregados no Brasil foi estimado em 14,4 milhões no trimestre móvel de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, sendo o maior contingente desde 2012, início da série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. Esse resultado representa alta de 2,9%, ou mais de 400 mil pessoas desocupadas frente ao trimestre imediatamente anterior. Ainda que a taxa de desocupação de 14,4% tenha se mantido estável em relação ao trimestre imediatamente anterior (14,1%), apresentou alta de 2,7% na comparação com o mesmo trimestre de 2020, estimada em 11,6%.

A analista da pesquisa, Adriana Beringuy<sup>1</sup>, afirma que já é possível notar uma pressão maior com 14,4 milhões procurando trabalho:

Não houve, nesse trimestre, uma geração significativa de postos de trabalho, que também foi observado na estabilidade de todas as atividades econômicas, muitas ainda retendo trabalhadores, mas outras já apontando um processo de dispensa como o comércio, a indústria e alojamentos e alimentação. O trimestre volta a repetir a preponderância do trabalho informal, reforçando movimentos que já vimos em outras divulgações – a importância do trabalhador por conta própria para a manutenção da ocupação.

Adicionalmente, o número de pessoas que saíram da força de trabalho e não figuram nem entre as pessoas ocupadas nem entre as desocupadas por causa da pandemia pode exercer pressão em breve sobre o contingente de

---

<sup>1</sup> Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30600-desemprego-fica-estavel-em-14-4-no-trimestre-encerrado-em-fevereiro>. Acesso em 17/05/2021.



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

desempregados, se não forem geradas ocupações suficientes. Pela PNAD Contínua, o pessoal ocupado atingiu 85,9 milhões no trimestre móvel de dezembro de 2020 a fevereiro de 2021, o que representa queda de 8,3% e menos 7,8 milhões de pessoas ocupadas frente aos 93,7 milhões registrados em igual período do ano anterior. Ao mesmo tempo, nesse período 10,4 milhões de pessoas passaram a figurar fora da força de trabalho, passando de 65,9 milhões para 76,4 milhões, um salto de 15,9%.

Segundo os dados das Contas Nacionais Trimestrais do IBGE, a pandemia da Covid-19 levou à queda de 4,1% do Produto Interno Bruto – PIB. Houve alta somente na Agropecuária (2%), com quedas na Indústria (-3,5%) e nos Serviços (-4,5%).

Neste cenário, registrou o Deputado Da Vitória, o Estado tem o papel fundamental de assegurar medidas de proteção social para a parcela mais vulnerável e conceber e implantar políticas públicas capazes de superar os desafios do aumento do desemprego e da pobreza, o elevado número de falência e a necessidade de crédito.

O diagnóstico do Deputado Francisco Júnior caminha na mesma direção. Assinalando que os graves impactos socioeconômicos causados pela pandemia da Covid-19 se manifestam nas quedas dos PIB da maioria dos países, incluindo a retração de 4,1% no Brasil, com o conseqüente aumento da desigualdade social, o Parlamentar apontou a “necessidade de identificar os segmentos que devem ter uma retomada sustentável e os que terão um ritmo lento, torna-se primordial antever as políticas públicas mais eficazes e as áreas em que a atuação do Estado será indispensável”.

Nesse cenário, “além da necessidade de que o Executivo, nas esferas federal, estadual e municipal estabeleça as ações emergenciais, é imprescindível a participação efetiva do Congresso Nacional não apenas na continuidade das reformas estruturais”. De outra parte, “com recrudescimento da crise sanitária e seus efeitos neste ano, o parlamento terá papel primordial na avaliação de toda a



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

nova agenda instituída pela covid-19, em questões como parâmetros diferenciados para a transferência de renda ao cidadão, o repasse de recursos a estados e municípios pelo Tesouro Nacional, os mecanismos para passar confiança e segurança jurídica ao investidor, novos modelos de privatizações das estatais, entre outros pontos”.

O Deputado Francisco Júnior registra, igualmente, que a pandemia evidenciou a necessidade de interlocução e definição dos espaços de atuação dos Poderes do Estado e de todas as esferas do Executivo, ao lado da atualização da legislação pertinente, não apenas para possibilitar que autoridades sanitárias executem melhor as medidas de saúde pública, mas também para definição e fortalecimento dos instrumentos de atuação na retomada econômica.

Num cenário de consideráveis dificuldades de arrecadação e de grandes inquietações sobre o financiamento da necessária reestruturação para um novo desenvolvimento do País, a crise aponta para a imprescindibilidade de um diagnóstico por parte dos agentes públicos. A propósito, é no Parlamento que as inquietações sociais reverberam com grande intensidade, devendo ser construído um diálogo institucional que inclua a sociedade civil, o poder público a iniciativa privada que tenha por objetivo a reorganização estrutural necessária para a retomada econômica sustentável de todo o País.

O Deputado Francisco Júnior conclui a sua proposta registrando o entendimento de que o “CEDES é o local apto e adequado para promover e levar adiante estes estudos pela sua natureza não apenas estratégica ao legislativo, mas pela sua interlocução primordial com diversos setores sociais”.

Situadas as propostas apresentadas pelos Parlamentares referidos, propomos a consolidação a seguir.

1. **Estudo:** Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia.



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

2. **Objetivo geral:** Definir o papel do Estado, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil nas estratégias e políticas de recuperação da economia e de geração de emprego e renda no pós-pandemia.
  
3. **Eixos principais:**
  - a. **Contextualização inicial socioeconômica**, apresentação do contexto do mercado de trabalho do país, população, desemprego, informais, etc.
  - b. **Avaliação das Políticas:** análise das políticas brasileiras empreendidas na pandemia à luz das experiências internacionais, para compreensão aprofundada de como as políticas públicas existentes podem auxiliar na retomada e na geração de emprego e renda em bases sustentáveis e inclusivas.
  - c. **Papel dos Setores:** estudo das potencialidades da indústria, dos serviços especializados e da agropecuária no contexto de transformações globais: mudanças tecnológicas associadas à Indústria 4.0 e à descarbonização das economias; reconfiguração de cadeias globais de valor e do comércio internacional, com maior produção local de bens e fornecimento local de serviços estratégicos para a retomada econômica em diversas economias; utilização maior de políticas de indução de crescimento, escala, emprego e renda por meio da utilização de atividades já existentes em direção a aumento de valor adicionado, de inovação e de expansão tecnológica, com intensificação dos encadeamentos produtivos entre agropecuária, indústria e serviços para



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

tornar mais avançada e complexa a economia. Verificação do estado do associativismo e cooperativismo na agricultura.

- d. **Taxa de câmbio e macroeconomia:** o exame da estabilidade da taxa de câmbio e das demais variáveis macroeconômicas, para a criação de condições favoráveis ao crescimento sustentado e mudanças estruturais na economia brasileira.
- e. **Financiamento:** investigar ampliação do crédito para a retomada das atividades econômicas, em especial para micro e pequenas empresas e para os setores mais atingidos e as atividades mais promissoras para a recuperação, por meio dos melhores arranjos de política econômica com crédito livre e direcionado e com atuação por meio de sinergias entre o setor privado e o setor público.

**4. Objetivos específicos:**

- a) Identificar as necessidades de proteção social para a parcela da população mais vulnerável aos efeitos da pandemia;
- b) Apontar diretrizes para a concepção e implantação de políticas aptas a superar os desafios do aumento do desemprego e da pobreza e o elevado número de falência;
- c) Identificar as necessidades de crédito, notadamente para os setores econômicos mais impactados;
- d) Identificar as necessidades de atualização da legislação pertinente, especialmente para a definição e o fortalecimento dos instrumentos de atuação na retomada econômica;



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

- e) Examinar, mediante estudos comparados, como outros países estão atuando para promover a retomada da economia e a geração de emprego e renda no pós-pandemia;
- f) Identificar as possibilidades de aumento do investimento público e de incremento da participação do setor privado nacional e de investidores externos;
- g) Apontar as reformas estruturais necessárias e ainda não propostas ao Parlamento, aptas a aumentar o nível da confiança no País, melhor ambiente de negócios e segurança jurídica.

**5. Atividades a serem desenvolvidas:**

- a) Ciclos de debates com especialistas;
- b) Reuniões periódicas;
- c) Audiências públicas;
- d) Acompanhamento das proposições legislativas e das políticas públicas relacionadas ao tema;
- e) Realização de *webinars* com especialistas;
- f) Convite para artigos; e
- g) Publicação dos principais achados e conclusões sobre o objetivo principal: definir o papel do Estado, da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil nas estratégias e políticas de recuperação da economia e de geração de emprego e renda no pós-pandemia.

**6. Cronograma para realização do estudo**

Período de realização dos trabalhos: **agosto de 2021 a julho de 2022.**

- a) Realização de Ciclo de Debates mediante **Audiências Públicas**: de agosto a novembro de 2021;



**Câmara dos Deputados**  
**Centro de Estudos e Debates Estratégicos – CEDES**  
**Consultoria Legislativa – CONLE**

**RETOMADA ECONÔMICA E GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA  
NO PÓS-PANDEMIA**

- b) **Conceituação inicial do estudo**, seleção de parâmetros e apresentação da metodologia: agosto/2021 a outubro/2021.
- c) **Levantamento da legislação** na temática aprovada desde o início da pandemia e das proposições em tramitação no Congresso Nacional: outubro/2021;
- d) Realização de **Seminário**: dezembro de 2021;
- e) **Chamada a contribuições externas**: dezembro de 2021;
- f) **Recebimento das contribuições externas**: fevereiro de 2022;
- g) **Análise das contribuições externas e apresentação das principais conclusões**: maio de 2022;
- h) **Apresentação do texto final para aprovação**: julho de 2022.